## PEDIDO PARA ATUALIZAÇÃO DE DADOS

| AGÊNCIA | PED. Nº | DATA |
|---|---|---|
| B1C | 001663 | 06 AGO 86 |

**DESCRIÇÃO**

SOLICITO ACRESCENTAR NO ACE 13297/B7J/86, QUE OS CONHECIMENTOS CONTIDOS NA FM3/00007/130/B7J/260686, FORAM DIFUNDIDOS, POR ESTA B1C, PARA A DSI/MS, ATRAVÉS DA APREC/00055/140/AC/86, DE 11 JUL 86, ANEXA A ESTE PAD.

OQ/SCA
Procedencia. 12/8/86.

À SMC
Corrigido no
Processar em MF RL AC
Em 13/08/86
CHEFE SCA

CHEFE DA SE-623

Mod 192

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES · AGÊNCIA CENTRAL ·

APRECIAÇÃO Nº 00055 /140/AC/86

DATA : 11 JUL 86
ASSUNTO : EVOLUÇÃO DA EPIDEMIA DA DENGUE E SEU COMBATE PELOS ÓRGÃOS SANITÁRIOS DO PAÍS.
ORIGEM : ARJ/SNI.
DIFUSÃO : DSI/MS.

---

1. Os primeiros casos da Dengue datam do início de Abr 86 e diagnósticos preliminares alertaram para a ocorrência, levantando a hipótese de se tratar de um surto de Febre Tifóide.

Febre alta, dores musculares, erupção na pele, fotofobia e lacrimação são os sintomatológicos da virose que atacou os moradores do Bairro de Califórnia, em NOVA IGUAÇU/RJ, noticiada pelos jornais a partir de meados daquele mês.

Rapidamente, a virose se alastrou, enquanto órgãos federais e estaduais, motivados pela imprensa, começaram a debater o precário estado sanitário da Baixada Fluminense - Municípios de NOVA IGUAÇU, DUQUE DE CAXIAS, NILÓPOLIS e SÃO JOÃO DE MERITI - e as deficiências estruturais e materiais das entidades responsáveis pela saúde pública.

Os principais jornais cariocas, após a confirmação por exames laboratoriais, noticiaram ser aquela virose a Dengue, transmitida pelo mosquito africano "Aedes aegypti", designado como "estegômia" e vetor da doença, que teria sido considerado como erradicado no BRASIL, com reaparecimento por volta de 1976, em BELÉM/PA, SALVADOR/BA e RIO DE JANEIRO/RJ, e, em RORAIMA, em 1983.

Em Out 83, a revista "A Saúde no Brasil", órgão oficial do Ministério da Saúde (MS), publicou artigo dos especialistas no assunto, RONALDO DO AMARAL e PEDRO LUIZ TAVIL,

alertando para o perigo da Febre Amarela e da Dengue.

No verão, com o provável recrudescimento do surto - sabe-se que o estegômia atua entre as temperaturas de 20 a 38 graus centígrados, não proliferando intensamente no frio e em altitudes acima dos 2.000 metros -, não se afasta a hipótese de surgir um dos três tipos de vírus da Dengue, como o hemorrágico, que pode ser fatal.

3. Segundo noticiado, a Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB) é a responsável pelo controle, somente dos pernilongos - então chamados mosquitos municipais -, contando com o auxílio da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), em seu trabalho. Em conseqüência, os transmissores de doenças - mosquitos federais - seriam da alçada da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM).

3. Preocupados com a epidemia da Dengue, vários elementos, ligados aos órgãos de saúde, manifestaram-se a respeito:

a. LUIZ ALFREDO SALOMÃO, Secretário Estadual de Obras e Meio Ambiente, lembrou que, na década de 50, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) fez os diques dos rios Sarapuí, Pavuna, Meriti e Acari, mas, em 1976, desativou as comportas e as bombas que funcionavam na Baixada Fluminense, deixando a área propícia ao surgimento de mosquitos.

b. ELISA VIANNA SÁ, Presidente da Fundação Serviço de Saúde do MS, afirmou que, "na década de 70, ao se atrelar o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) ao Banco Nacional de Habitação (BNH), desarticulou-se toda a política de saneamento para o País".

c. RAIMUNDO DIOGO MACHADO, Professor do Instituto de Microbiologia do Centro de Ciência e Saúde, com o seu grupo de estudos dos arbovirus, localizou o estegômia em 1976. Em 1979, novos focos foram levantados, porém, em 1982, o plano de estudos foi cancelado pelo MS.

d. ALFREDO NORBERTO BICA, ex-Chefe do Departamento de Doenças Transmissíveis da Organização Pan-americana de Saúde, com sede em WASHINGTON/EUA, informou da "existência de planos técnicos de alto nível no MS e na SUCAM, a exemplo de

um, que previa, em 1981, para a erradicação do estegômia, uma quantia de 3,45 bilhões de cruzeiros.

e. EDUARDO COSTA, Assessor para Assuntos de Saúde do Governo Estadual, afirma que a Secretaria de Saúde do Estado alertou a SUCAM, em 1983, para a existência do estegômia no RIO DE JANEIRO, porém, nada foi feito a respeito, e que aquela Secretaria teve vetado, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um projeto que definiria uma estrutura de saúde básica para a Baixada Fluminense.

f. ANTÔNIO SÉRGIO DA SILVA AROUCA, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), citou que, desde 1984, as autoridades sanitárias sabiam da existência do estegômia e, no entanto, as medidas só foram tomadas após 45 dias do aparecimento dos primeiros casos da Dangue.

Além de considerar todo o sistema de saúde como falido, SÉRGIO AROUCA acrescentou que não é possível tratar o mosquito a nível federal, efetuar a cura a nível previdenciário e detectar a epidemia a nível estadual/municipal.

g. MANOEL SANCHES, Presidente da COMLURB, revelou que, de Jul 84 até Fev 86, foram enviados à SUCAM 18 ofícios comunicando a existência do estegômia no RIO DE JANEIRO.

h. JOAQUIM DE CASTRO, Diretor da SUCAM, em Ago 85, alertou o então Ministro da Saúde, CARLOS SANT'ANNA, sobre o risco de uma epidemia da Dengue e solicitou, à época, uma verba de 340 bilhões de cruzeiros para combater os focos de estegômias. Só conseguiu 40 bilhões de cruzeiros, que foram aplicados, então, na eliminação dos insetos do RIO DE JANEIRO.

Há dois anos, o MS teria proposto um programa articulado com a Secretaria de Saúde, para erradicar o estegômia, porém aquele teria sido rejeitado, a nível estadual.

4. O combate ao estegômia tem exigido o esforço das autoridades da área de saúde.

GILSON PREGO, Chefe da Inspetoria de Saúde de Portos, Aeroportos e Fronteiras do MS no RIO DE JANEIRO, solicitou ao Governo Estadual a criação de mecanismos de controle dos caminhoneiros e viajantes que chegam ao Estado, procedentes de regiões onde a Febre Amarela Silvestre e a Malária não foram

erradicadas. A citada Inspetoria funciona, precariamente, com sete médicos e sete agentes sanitários, sem poder controlar, efetivamente, embarcações e aeronaves vindas dos chamados "portos sujos". Com relação às embarcações, os sanitaristas têm de contar com a boa vontade da companhia de transporte, responsável pelo navio, para levá-los a bordo, pois não dispõem de lancha. Além disso, a Inspetoria dos Portos não estaria sequer equipada para colher material a bordo.

Nos aeroportos, o problema se agrava. Desde meados da década de 60, a vistoria tornou-se impossível, pela promulgação de deliberação conhecida como Anexo 9, que proibiria, aos médicos sanitaristas, prejudicar o tráfego de aviões.

5. A firma americana Arthur D. Little realizou, para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), um estudo de custo/benefício, em 1972, provando que a erradicação do estegômia, por ser permanente, embora inicialmente mais onerosa, a longo prazo é mais econômica do que a manutenção do mosquito em baixos níveis de infestação - 2% a 3% -, indefinidamente.

6. Na opinião de ELISA VIANNA SÁ, o MS e o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU) devem pôr em prática uma política de saneamento básico em conjunto, retirando essa atribuição do BNH, apenas um órgão financiador, não podendo definir política para a área social.

Segundo WALTER COSTA PINTO, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES), é destinado ao saneamento básico, no BRASIL, apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

7. No dia 24 Mai 86, foi desfechada, a nível estadual, sem o apoio do MS, a campanha "O Dia Estadual de Combate ao Dengue", sendo noticiada a participação de cerca de 01 milhão de pessoas. No âmbito federal, é implantado o Plano Nacional de Combate à Dengue, em 226 Municípios do País, atentendo a, aproximadamente, 07 milhões de domicílios. O projeto contará, inicialmente, com uma verba de 200 milhões de cruzados, provenientes do orçamento do MS, e suplementada por mais 350 milhões de cruzados a serem repassados pelo Governo Federal.

Para o trabalho de âmbito federal, está previs

to o emprego de cerca de 11 mil homens, entre funcionários da SUCAM, soldados do Exército - 950 militares já se encontram engajados na campanha contra a Dengue no Estado do RIO DE JANEIRO -, servidores das Prefeituras e grupos de voluntários existentes nos Municípios atingidos. Segundo o MS, o plano já foi iniciado em alguns locais e estará em funcionamento até o final de 1986, quando, então se poderá fazer uma avaliação de seus resultados.

No campo internacional, a OPS deverá entrar em entendimento com os países do Continente para a execução de um plano continental de combate ao estegômia.

8. Sobre os meios para combater o mosquito, os equipamentos que estão sendo importados para a aspersão do inseticida, denominados "fumacês", já são fabricados no BRASIL, por uma empresa com sede própria na Baixada Fluminense, tendo como clientela, inclusive, órgãos sanitários oficiais, segundo declarações do próprio fabricante.

9. Assume novas proporções o problema da Dengue, pelo fato de que o mesmo mosquito que a transmite é, também, o elo da cadeia epidêmica da Febre Amarela, não sendo improvável ser o surto da Dengue seguido por um de Febre Amarela. Isto porque, além da dificuldade de entrosamento, entre os órgãos estaduais e federais que deveriam ser os responsáveis pela saúde pública, está localizado na Baixada Fluminense o maior comércio clandestino do BRASIL de animais silvestres vivos - feira de DUQUE DE CAXIAS/RJ -,muitos dos quais provenientes de regiões onde grassam a Malária e a Febre Amarela e que são os transmissores naturais das citadas doenças.

- * -

FIM